




Educação do Campo, das Águas e das Florestas e a Educação Popular em Saúde em tempos de pandemia da Covid-19

 Maria Isabel Farias¹,  Adalberto Penha de Paula²,  Solange Todero Von Oncay³

¹ Universidade Federal do Paraná – UFPR. Setor Litoral/ Licenciatura em Educação do Campo. Rua Jaguariaíva, 512, Caiobá. Matinhos - PR, Brasil. ² Universidade Federal do Paraná – UFPR. ³ Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Autor para correspondência/Author for correspondence: mariaisabel.farias@ufpr.br

RESUMO. Diante do contexto da pandemia que assolou o mundo, o texto tem como objeto a relação entre a Educação do Campo e a Educação Popular em Saúde frente às práticas de resistência no enfrentamento da Covid-19, considerando a postura negacionista e de negligência dos governantes do Estado brasileiro, principalmente nos momentos mais graves da doença. Nesse sentido, o objetivo central do estudo foi refletir sobre as consequências da pandemia na Educação do Campo, das Águas e das Florestas e sobre as ações de enfrentamento a partir da Educação Popular em Saúde. Metodologicamente, o artigo tem base em estudos bibliográficos e documentais, além de breve depoimento de uma liderança indígena. As análises apontam que o Estado se ausentou na efetivação de políticas públicas e que ainda há limites na implantação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Florestas e Águas; também há necessidade de se ampliar a produção científica sobre Educação do Campo e Educação Popular em Saúde. Como conclusão, observa-se a importância da resistência dos povos do Campo, das Águas e das Florestas e do reconhecimento dos saberes populares no diálogo com o conhecimento científico.

Palavras-chave: educação do campo, educação popular em saúde, pandemia de Covid-19, políticas públicas, saberes populares.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e18855	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Peasant Education, Water and Forest Education and Popular Health Education in times of the Covid-19 pandemic

ABSTRACT. Given the context of the pandemic that has ravaged the world, the text's object is the relationship between Peasant Education and Popular Health Education in the face of resistance practices in confronting Covid-19, considering the denialist and negligent stance of Brazilian State government officials, especially in the most serious moments of the disease. In this sense, the central objective of the study was to reflect on the consequences of the pandemic on Peasant Education, as well as Water and Forest Education, and on coping actions based on Popular Health Education. Methodologically, the article is based on bibliographic and documentary studies, in addition to a brief statement from an indigenous leader. The analyses indicate that the State has failed to implement public policies and that there are still limits in the implementation of the National Policy for Comprehensive Health of Populations in the Countryside, Forests and Waters; there is also a need to expand scientific production on Peasant Education and Popular Education in Health. In conclusion, we observe the importance of the resistance of Countryside, Waters and Forests people and the recognition of popular knowledge in dialogue with scientific knowledge.

Keywords: peasant education, popular health education, Covid-19 pandemic, public policies, popular knowledge.

Educación del Campo, Agua y Forestal y Educación Popular para la Salud en tiempos de la pandemia del Covid-19

RESUMEN. Dado el contexto de pandemia que ha asolado al mundo, el texto tiene como objeto la relación entre la Educación del Campo y la Educación Popular para la Salud frente a las prácticas de resistencia en el enfrentamiento al Covid-19, considerando la postura negacionista y negligente de los funcionarios de gobierno del Estado brasileño, principalmente en los momentos más graves de la enfermedad. En este sentido, el objetivo central del estudio fue reflexionar sobre las consecuencias de la pandemia en la Educación del Campo, Aguas y Forestal y las acciones para combatirla través la Educación Popular para la Salud. Metodológicamente, el artículo se sustenta en estudios bibliográficos, documentales y en un breve enunciado de un líder indígena. Los análisis indican que el Estado no ha implementado políticas públicas y aún existen límites en la implementación de la Política Nacional de Salud Integral de las Poblaciones del Campo, Aguas y Forestal; también es necesario ampliar la producción científica sobre Educación del Campo y Educación Popular en Salud. En conclusión, se observa la importancia de la resistencia de los pueblos del Campo, Aguas y Forestal y el reconocimiento del saber popular en diálogo con el saber científico.

Palabras clave: educación del campo, educación popular para la salud, pandemia de covid-19, políticas públicas, saber popular.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 define que a saúde e a educação são direitos de todos/as e dever do Estado, tendo este o papel de atuar decisivamente com políticas públicas, controle social e participação comunitária. Na defesa dos direitos sociais básicos, em especial à saúde e à educação, nosso histórico demonstra o acúmulo de lutas, que envolvem os mais diversos movimentos sociais, profissionais da saúde, gestores, sindicatos, organizações e diferentes agentes populares, que se agregam aos esforços empreendidos, especialmente a partir de 1970. O Sistema Único de Saúde (SUS)¹ é uma expressão dessas lutas e, sem deixar de reconhecer todas as dificuldades e o desmantelamento acentuado pelo governo federal de 2016 até 2022, é uma das mais significativas conquistas na área da saúde de nosso país, a ponto de ser exemplo para o mundo todo.

Em 2011, o Ministério da Saúde do Brasil lançou várias políticas voltadas para a promoção da igualdade na saúde. Especificamente, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e das Florestas (PNSIPCF) foi publicada pela Portaria nº. 2.866, de 2 de dezembro de 2011, e atualizada pela Portaria nº. 2.311, de 23 de outubro de 2014, pela qual contemplam-se também as populações das águas, com o nome então atualizado para Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Florestas e Águas (PNSIPCFA). Tal política reitera as diretrizes do SUS, nas quais se preconiza que as ações e os princípios da saúde devem se dar de forma democrática, participativa e equânime, respeitando a universalidade e a integralidade, sobretudo assegurando a descentralização, para poder atender todas as populações do campo em seus diversos contextos, inclusive nos mais longínquos territórios (Ministério da Saúde, 2013).

Outrossim, como apontam vários pesquisadores, há uma construção histórica em que:

... as políticas públicas da saúde quase sempre foram elaboradas num contexto social pensado a partir das organizações sociais existentes nas cidades, ou seja, excluindo desse arcabouço político as populações residentes na chamada zona rural brasileira, entre elas o povo do campo, da floresta e das águas (Arruda et al., 2017, p. 84).

O mesmo acontece com a Educação do Campo, das Águas e das Florestas, forjada desde a década de 1998, diante de um cenário de precarização das escolas do campo, com falta de formação para professores/as. Todo o percurso dessa vertente até a atualidade é fruto

da luta e da organização dos movimentos sociais, em prol de uma educação melhor para a população camponesa: a Educação do Campo como direito.

Sendo assim, o artigo tem como ponto inicial de discussão a seguinte problemática: quais os impactos da pandemia de Covid-19 na Educação do Campo, das Águas e das Florestas e as ações de enfrentamento a partir da Educação Popular em Saúde? Para essa discussão, o texto apresenta a reflexão sobre o papel do Estado e a situação da Questão Agrária no país frente aos impactos na população, principalmente diante do contexto pandêmico. Na sequência, aponta para a importância da produção de estudos acadêmicos referentes às temáticas centrais deste artigo com um sucinto, mas necessário, levantamento da produção científica que relaciona Educação do Campo e Educação Popular em Saúde. Por fim, aborda a Educação Popular em Saúde, com foco na necessidade de reconhecimento e de fortalecimento dos saberes e das práticas tradicionais de saúde no diálogo com a ciência. Para tal, apresenta relatos de uma liderança indígena sobre os enfrentamentos em sua comunidade diante do avanço da Covid-19 e da negação do Estado de ações efetivas no cuidado, na prevenção e na educação em saúde no período pandêmico.

Mediante as reflexões oriundas das problematizações realizadas no artigo, evidencia-se que a ausência do Estado na efetivação de políticas públicas tem implicado graves consequências na qualidade de vida da população brasileira, principalmente quando destacamos as consequências em um país que economicamente tem sua base no contexto dos territórios do campo, das águas e das florestas. Também se aponta a necessidade de avançar com estudos e pesquisas que estejam vinculados às demandas das comunidades; no caso em discussão, no que se refere à educação e saúde. Ainda destacamos a importância do diálogo de saberes populares, isto é, do conhecimento ancestral e tradicional, com o conhecimento científico, a fim de produzir alternativas transformadoras na construção de uma sociedade igualitária e justa para a população brasileira.

Estado e Questão Agrária: impactos na população brasileira diante do contexto pandêmico

O que temos visto nas últimas décadas, com o aceleramento em busca de crescimento econômico, é o aumento da concentração de riquezas e a privatização de áreas de preservação a partir da flexibilização das legislações ambientais, conforme dados do IBGE - Atlas do

Espaço Rural Brasileiro (2020). Os dados mostram uma realidade de manutenção do modelo de produção que promove a saída do campo, bem como a invisibilização dos povos do campo, das águas e das florestas e de seus conhecimentos, reforçando o estereótipo de um campo avançado (tecnificado) e outro atrasado (do campo, das águas e das florestas).

Esse é o projeto de sociedade a que a Educação do Campo, das Águas e das Florestas se contrapõe há 25 anos. A partir das escolas do campo, da política pública de formação de professores/as e da valorização da agroecologia, fundamenta-se nos princípios de um novo projeto societário, que valorize e reconheça o território, os modos de vida, as práticas sociais e os conhecimentos dos sujeitos que vivem e trabalham no campo, nas águas e nas florestas.

Constatamos que a área utilizada para agropecuária, plantação de soja, pastagem e urbanização aumentou significativamente, enquanto a área de floresta natural e o corpo d'água diminuíram. Esses fatos refletem um projeto de sociedade que mantém historicamente a estrutura fundiária que gera desigualdades. Ações como a cessação do desmatamento da Amazônia, a valorização da educação pública e o investimento na saúde pública precisam ser revistas pelo atual governo, que tem feito um esforço para interromper o curso cuja síntese é a expressão mais cruel que se poderia ouvir de um ministro do Meio Ambiente, em sua desastrosa frase: "ir passando a boiada"². Foram autorizadas atrocidades que geraram grandes impactos e implicaram mudanças nas populações indígenas, ribeirinhas, caiçaras, de pescadores artesanais, de trabalhadores rurais, agricultores e camponeses, o que torna necessária uma política de Estado de ainda maior proteção a essas populações, já que este é o dever constitucional.

São inegáveis as alterações que a pandemia causou na sociedade. O Brasil, em 2022, retornou para o mapa da fome, do qual havia saído em 2015-2016; contraditoriamente, houve aumento da produção. Milhões de pessoas voltaram à condição abaixo da linha da pobreza. Houve o desmonte das políticas públicas sociais no âmbito nacional, causando uma piora na condição das famílias, o que se agravou ainda mais na pandemia.

A educação, por sua vez, sofreu um grande revés no período pandêmico, devido aos inúmeros problemas causados pela impossibilidade de manter as aulas presenciais diante da grande disseminação do vírus. Foi uma mudança bastante complexa. As escolas passaram por processos de reorganização, uma vez que a grande maioria não suspendeu o calendário escolar. Com isso, houve impacto pedagógico e social. Professores/as se viram na necessidade

de organizar as atividades com uso de tecnologia informática, aulas on-line, grupo de pais nos aplicativos de mensagens, com alto grau de dificuldade, o que revelou que as condições de realização do trabalho pedagógico ocorreram sem suporte institucional adequado.

A forma que os municípios e secretarias estaduais encontraram de continuar o ano letivo expôs uma desigualdade abismal em relação ao uso e ao acesso à tecnologia, deixando os estudantes do campo, das águas e das florestas em desvantagem. Isso não se deu somente nas escolas; também os cursos de graduação tiveram dificuldades em relação à tecnologia, que por algum tempo era a única forma de continuidade do estudo e do trabalho na pandemia.

Foi preciso atender as medidas de distanciamento social/físico e garantir ao mesmo tempo que as atividades educacionais tivessem sequência, em meio à implantação do ensino remoto de forma precarizada, visto que em muitas comunidades brasileiras não há acesso à internet, equipamentos adequados e conhecimento para estudar e trabalhar a partir do uso das tecnologias.

Nesse cenário, o retrocesso na alfabetização foi muito severo. Além disso, constatou-se que parte significativa dos estudantes realizava as principais refeições na escola; com a suspensão das aulas, a fome se agravou no contexto brasileiro, acentuaram-se as mazelas e as contradições educacionais e sociais.

O avanço da Covid-19 no Brasil, somado à falta de ação urgente do governo federal e de vários outros da esfera estadual e municipal, rapidamente deixou um lastro de mortes. A população ficou muito assustada com um governo que desacreditava da vacina e que fez retroceder até as campanhas regulares de vacinação das crianças, causando um grande prejuízo para a população de forma geral, porque doenças já erradicadas podem voltar, caso não se reverta a adesão às vacinas. Quando parte do mundo já estava vacinando a população contra a Covid-19, o Brasil negava os pedidos de compra de vacinas e não reforçava os métodos de segurança orientados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Então, o cenário era muito ruim, pois, além da educação e da saúde, a economia também ficou comprometida, já que não houve encaminhamentos efetivos por parte do governo para amparar as famílias em vulnerabilidade social/econômica.

Houve o repasse de um auxílio emergencial, mas ele demorou muito para chegar até as famílias, devido a um impasse no Congresso sobre o valor, até ser fixado em seiscentos reais.

O governo inicialmente (março de 2020) queria o repasse de duzentos reais. Também foram registradas várias irregularidades, como pessoas que receberam o auxílio sem precisar.

Esse contexto nos leva a refletir sobre o papel do Estado, que, em uma situação extrema, como foi o caso da pandemia, não cumpriu seu papel mais elementar: garantir as condições necessárias para a população, entre as quais podemos citar a vacina, a estrutura de educação, a alimentação básica para o grupo em carência. O Estado, enquanto estrutura, tem o dever de proporcionar o que a Constituição prevê. Mas o que vimos foi ausência e desinformação por parte da Presidência da República, que irradiava para instituições que são braços do Estado, como o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. Esse momento histórico vivido pelo Brasil e a posição do governo estão bem explicados nas palavras de Coutinho (2008):

Se o Estado é composto por múltiplos aparelhos e, ao mesmo tempo, é influenciado por uma mutável e dinâmica correlação de forças entre classes e frações de classe, disso deriva que, em sua ação efetiva e em momentos históricos diversos, diferentes aparelhos poderão ser mais ou menos influenciados por diferentes classes e muitas políticas do Estado (de qualquer Estado concreto) poderão refletir interesses entre si conflitantes (p. 39).

Quanto ao que deveria ter sido feito para amenizar as consequências da pandemia na economia, na saúde e na educação, para garantir que as ações permitissem uma continuidade com menor impacto, os encaminhamentos tomados pelo governo foram na contraposição da maioria dos países preocupados com a saúde da população. A posição de um governo negacionista diante de uma pandemia resultou em mais de setecentas mil mortes, fora as subnotificadas.

Para Raffestin (1980), o Estado visa à homogeneidade, procura unificar, tornar idêntico por todos os meios. O Estado teme as diferenças e, em consequência, só pode ver uma face das coisas. Dessa forma, o Estado passa a ter o papel de legislar e controlar, tendo na sua estrutura as contradições e as relações de poder existentes; e são esses mecanismos que perpassam todas as políticas pensadas para a educação, a agricultura, a saúde, ou seja, a concepção é que vai determinar todos os encaminhamentos e políticas de Estado para todos os segmentos da sociedade. Por esses motivos é que se torna tão importante o posicionamento da sociedade organizada por meio de movimentos sociais e organizações, pois estas fazem pressão para que políticas sejam criadas para as demandas sociais.

O governo anterior contribuiu para a construção da ideia de que as instituições garantidoras da democracia precisavam ser extintas e de que as universidades são aparelhos ideológicos da política de esquerda. Ao manipular a porção da sociedade que se identificou com esse pensamento, postura e posição, utilizando, para isso, parte das igrejas, deixou marcas profundas. Mas agora é preciso aproveitar o momento político de respiro da democracia para retomar as políticas públicas.

Observando os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), no Brasil foi realizada uma pesquisa nacional em 2021, pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), no contexto da pandemia de Covid-19. Identificou-se que, nos três meses anteriores à coleta de dados, menos da metade dos domicílios, o que representa 44,8%, tinham seus moradores em segurança alimentar. A outra parte, 55,2%, se encontrava em algum grau de insegurança alimentar, dos quais 9% conviviam com a fome; o registro desse dado foi pior na área rural, chegando a 12%. Esse dado revela uma contradição relativa ao modo de produção: se o campo teoricamente deveria produzir alimentos para o autoconsumo, mas passou mais dificuldade que a cidade no período da pandemia, é porque a produção capitalista prioriza as *commodities*, produz grãos para a exportação. Então, a produção interna de alimentos precisa ser repensada. Não há diversificação na monocultura. O período pandêmico revelou a problemática e mostrou a importância de rever com urgência os parâmetros para produção de alimentos.

Ainda na mesma pesquisa, verificou-se que 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente, e 19 milhões enfrentavam a fome. Constatou-se que a porcentagem dos que estão em insegurança alimentar dobra nos domicílios nas áreas rurais, especialmente nos lugares onde há falta de água para produzir alimentos.

No enfrentamento dessa situação, destacamos o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) durante a pandemia. Na ausência do Estado, o MST realizou algumas das ações que caberiam àquele: a) produção de alimentos e apoio à segurança alimentar; b) solidariedade e apoio comunitário; c) conscientização e mobilização para distribuição de alimentos para uma parcela da população que passou por sérias dificuldades. Dessa forma, o MST desempenhou um papel fundamental durante a pandemia, tanto no apoio às comunidades mais vulneráveis quanto na defesa de direitos e questões sociais mais amplas,

como o direito à alimentação. Sua atuação tem sido importante para enfrentar os desafios socioeconômicos e de saúde pública causados pela pandemia e, em última análise, mostrou sua relevância em tempos de crise, assim como as ações de outros movimentos sociais.

Dois fatores influenciaram a mobilização do MST no período da pandemia: um foi o aumento da fome e o segundo, o desmonte do Estado. Segundo Soares (2023), “desde o início da pandemia, em 2020, o movimento já doou mais de 8 mil toneladas de alimentos e 2 milhões e meio de marmitas solidárias”. Ações do MST, como a doação de alimentos na pandemia, foram um diferencial e ao mesmo tempo propiciaram dignidade para as pessoas diante da falta de acesso aos alimentos. Além disso, foi uma oportunidade de evidenciar o próprio movimento. Isso nos leva a afirmar a importância da agricultura familiar e camponesa, somada ao fato de que a maioria da população vive nas cidades e depende da produção de alimentos daqueles que estão produzindo no campo.

Salientamos que as ações do Estado são essenciais para suprir as demandas da sociedade. Nesse aspecto, numa análise que parte da Questão Agrária no país, percebe-se que historicamente nunca foi interesse de diferentes governos romper radicalmente com práticas assistencialistas, negacionistas, clientelistas e patriarcais na efetivação de políticas públicas de educação e saúde, bem como em outras áreas essenciais para a qualidade de vida da população. Assim, as ações dos movimentos sociais se tornam necessárias e apontam caminhos contra-hegemônicos de construção de uma sociedade que não seja dependente de políticas de governo, mas sim em que se produzam políticas de Estado; para além de interesses personalistas de governantes ou de momentos conjunturais, políticas que perdurem acima de governos.

Produção científica no contexto da Educação do Campo e da Educação Popular em Saúde

Queremos ressaltar o papel da pesquisa de forma geral, mas principalmente no período pandêmico, porque o registro que elas fizeram garante que se conheçam os fatos. Pesquisar, como aponta Freire (1996), “exige conhecimento do que se tem produzido em determinado campo que se pretende conhecer ainda mais” (p. 14). Elaborar a revisão de literatura torna-se etapa essencial no ato de produzir ciência, na busca de contribuir com a elaboração de novos conhecimentos, que venham ampliar significativamente a produção do campo que se

investiga. Cabe destacar que o processo de pesquisar, tal como a vida, é dialético, “... é realizado, portanto, sob um ponto de vista relacional, isso é, pela consideração dos fatos em sua relação uns com os outros; ... de como entre si se entrosam nas duas dimensões da sucessão, transformação e simultaneidade” (Bufrem, 2016, p. 100-101).

Com a premissa de aprofundar o conhecimento a partir do levantamento de informações sobre a produção científica em relação à Educação do Campo (EdoC) e à Educação Popular em Saúde, foram realizadas buscas em uma base de dados reconhecida pelo ambiente acadêmico, o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Assim, o resultado da seleção de pesquisas a partir dessa base integra as reflexões produzidas neste texto.

Ressalta-se que não há o objetivo de esgotamento ou de análise aprofundada das pesquisas selecionadas, mas sim uma apresentação geral quantitativa para situar as produções acadêmicas que se relacionem com a EdoC e a Educação Popular em Saúde. Em termos de recorte temporal, optamos por mapear os trabalhos no período que se inicia em 1998 — em virtude do marco histórico para a EdoC no Brasil, com a realização da Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, naquele ano, em Goiânia — e vai até o ano de 2023.

Definiram-se como parâmetros para o levantamento de pesquisas nas bases de dados trabalhos que se inserem nas seguintes grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências da Saúde. Também se utilizou o operador booleano “AND” a partir dos seguintes descritores: “Educação do Campo”, “Educação Popular em Saúde”, “Rural”, “Pandemia”, “Saúde Popular”. Dessa forma, as buscas foram realizadas a partir das seguintes combinações de descritores: “Educação Popular em Saúde” AND “Educação do Campo”; “Educação Popular” AND “Saúde”; “Educação Popular em Saúde” AND “Rural”; “Educação Popular em Saúde” AND “Pandemia”; “Educação do Campo” AND “Saúde”; “Educação do Campo” AND “Saúde Popular”; “Educação do Campo” AND “Pandemia”.

As pesquisas, sistematizadas a seguir no Quadro 1, foram elaboradas em diversos programas de pós-graduação, grandes áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências da Saúde) e instituições, totalizando 5.582 pesquisas de mestrado (M) ou doutorado (D).

Quadro 1 – Levantamento quantitativo dos trabalhos relacionados à Educação do Campo e à Educação Popular em Saúde.

Descritores e Operador	Trabalhos encontrados		
	D	M	Total
“Educação Popular em Saúde” AND “Educação do Campo”	52	151	203
“Educação Popular” AND “Saúde”	576	1.940	2.516
“Educação Popular em Saúde” AND “Rural”	18	47	65
“Educação Popular em Saúde” AND “Pandemia”	2	9	11
“Educação do Campo” AND “Saúde”	692	1.890	2.582
“Educação do Campo” AND “Saúde Popular”	100	254	354
“Educação do Campo” AND “Pandemia”	14	107	121
Total de Pesquisas	1.454	4.398	5.582

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O Quadro 1 demonstra um relevante número de pesquisas que se relacionam com a temática da Educação do Campo e da Educação Popular em Saúde, o que indica a importância de estudos e pesquisas a partir do contexto dos povos do campo, das águas e das florestas. Os dados também apontam que as pesquisas de mestrado são em número significativamente superior às de doutorado, o que sugere que muitas pesquisas não avançam em termos de aprofundamento dessas temáticas. Contudo, a expressiva quantidade de pesquisas de doutorado evidencia que nos últimos anos, conforme recorte temporal deste levantamento (1998-2023), houve crescimento de investigações que dialogam com a materialidade da vida dos sujeitos em questão, ou seja, a relação educação e saúde.

Educação Popular em Saúde: refletir para o emergir de novos saberes, outras práticas e outros mundos viáveis

Considerando as diferentes identidades socioculturais das populações do campo, torna-se ainda mais complexo o desenvolvimento de ações que contemplem a diversidade. Setores da política que procuram atender esses povos reconhecem: “A população rural brasileira é diversa e heterogênea no seu modo de viver, estando presente em todo o território nacional, predominantemente nas regiões nordeste e norte do país” (Conselho Nacional de Saúde, 2013). A legislação segue afirmando que: “esses povos caracterizam-se por uma diversidade de raça, de religião, de costumes, de modos de produção, de segmentos sociais e econômicos” (Conselho Nacional de Saúde, 2013b), sendo tal característica um desafio para o desenvolvimento da PNSIPCFA.

Com essa prerrogativa, outras dimensões precisam ser reconhecidas. São elas as inúmeras práticas sociais, difundidas ou não, configuradas como sabedorias milenares que resistem há séculos, constituindo-se em alternativas emancipatórias emergentes e que nos fazem indagar: como essas populações reagiram à negligência de seus direitos e às ameaças à vida? Como esses povos enfrentaram a pandemia, totalmente desassistidos, pelo descaso do governo negacionista, que não reconheceu a gravidade da ocorrência? O que cabe ao campo da ciência ou ao universo do conhecimento científico, em termos de avanços nos diálogos com tais práticas populares? Seguimos nos perguntando: o que temos de romper, transgredir, construir como novas viradas epistemológicas e que já se apresentam anunciando “inéditos viáveis”, transformadores em nosso cotidiano?

Os diálogos entre Educação Popular e Saúde têm crescido progressivamente e demonstrado que outras possibilidades, outras epistemes, precisam ser reconhecidas e podem integrar nossas vivências: outras cosmologias, sejam elas populares, acadêmicas ou de outras esferas que vão para além das instituídas.

Dantas e Pulga (2020) tratam de ampliar as reflexões acerca do diálogo entre saúde e educação problematizando como o percurso de formação envolvendo práticas populares pode contribuir para fortalecer a articulação entre saberes populares e científicos, entre referenciais de cuidado e saúde, entre práticas sociais que fortalecem identidades e a autonomia. Expressas como práticas de Educação Popular, constituem-se na experiência de refletir sobre os desafios atuais e desvendar potencialidades que podem contribuir para o fortalecimento dos sujeitos e de seus territórios, em sua integridade e nas formas próprias de viver e conceber a práxis social:

Podemos considerá-las práticas sociais uma vez que se constituem no encontro entre diferentes sujeitos, que se identificam com uma postura mais integradora do ser humano reconhecendo e legitimando crenças, valores, conhecimentos, desejos e necessidades das classes populares, refletindo sua leitura de mundo, referenciadas na ancestralidade, nas experiências e condições de vida, no contexto sócio cultural, reconhecendo o ser humano em sua totalidade e cuja principal referência é a profunda vinculação e amorosidade às pessoas, às comunidades onde vive e à luta solidária por uma vida mais digna para todos (Dantas, 2009, p. 133).

Reflexões acerca da ancestralidade dos diálogos entre as práticas populares e científicas têm revelado novas possibilidades em que se possa acolher a cultura e o saber popular de todos os povos, estimulando a corresponsabilidade na defesa de seus direitos. É

nesse sentido que Paludo (2001) situa a Educação Popular como construção histórica, vinculada organicamente ao movimento de forças políticas e culturais que se empenham na construção das condições humanas necessárias às classes subalternas, na promoção da vida com qualidade e por uma sociedade que busque igualdade e justiça social.

Conforme nos mostram Dantas e Pulga (2020), no Brasil, a partir dos anos de 1970, forjou-se uma trilha que se tornou potente ao aproximar a saúde das práticas de Educação Popular, rompendo com a proposição hegemônica de caráter unitário, higienista da herança do viés autoritário e tecnicista. É a partir desse percurso que muitas experiências, com a Educação Popular como principal referência, vão sendo aproximadas à saúde, numa cultura de reconhecimento da sabedoria popular. Esta, ainda que de forma contingente e dispersa, aponta novos caminhos que apresentam potencialidades e um campo fértil para ações, atuações, pesquisas e análises no devir de novas possibilidades. Cabe destacar que o SUS tem sido sensível às *práticas integrativas* e vem trabalhando de forma a contemplá-las, enquanto políticas públicas alternativas, em seus itinerários de atuação. Práticas integrativas são:

[a]s experiências que compõem esses diferentes espaços de educação popular em saúde integram a diversidade de cuidados populares, sejam os cuidados xamânicos, a saúde nos terreiros, a fitoterapia e o uso de plantas medicinais, a massoterapia, a reflexologia, a apicultura popular, o reiki, a terapia comunitária, a biodança, as danças circulares sagradas, dentre outras práticas de cuidado que existem no Brasil. Consideremos que são integradoras porque trazem a perspectiva de ver as pessoas em sua inteireza e em suas diversas dimensões humanas, incluindo as físicas, emocionais, mentais, espirituais, culturais, sociais e políticas — e, nesse sentido, dialogam com os modos de viver e de participar (Dantas & Pulga, 2020, p. 199).

O reconhecimento e a compreensão da inteireza presente nessa diversidade de saberes e práticas podem ser percebidos no depoimento da liderança indígena J. K. P., da etnia guarani, que demonstra como seu povo é capaz de integrar o saber tradicional, sem desconsiderar a ciência. J. K. P. faz questão de demonstrar o uso da vacina feito por todos de sua comunidade e a aceitação da prática do isolamento, conforme a orientação sanitária. Os líderes espirituais reiteraram a orientação e auxiliaram no controle e no aconselhamento junto ao território indígena. Em entrevista realizada em março de 2024, J. K. P. explicou as ações de enfrentamento em sua aldeia no seguinte depoimento:

Durante a pandemia a aldeia ficou em isolamento total no início. Até então os próprios líderes espirituais não sabiam bem certo o tipo de doença que estava afetando o mundo. Na aldeia, temos os nossos líderes espirituais (pajés) que guiam e protegem a aldeia. Assim, no

início, foi feita uma grande mobilização para que a aldeia ficasse isolada de saídas de pessoas e de entrada de pessoas que não pertencessem à aldeia. Assim, teve pessoas da aldeia que trabalhavam fora, em empresa; foram afastadas por um período para ficar em isolamento. E quanto à sobrevivência das famílias, foi o que mais afetou a aldeia, por falta de alimentos, mas foram feitas várias campanhas de arrecadação de alimentos, e também através das entregas de cestas básicas que vieram do governo do estado, um pouco do município e da Funai. Isso foi nos primeiros dois meses de pandemia. Mas depois houve uma mobilização por parte dos pajés, a desenvolver através de pesquisas com os próprios saberes cultural milenar, que havia um tipo de remédio de ervas que poderia evitar que a covid afetasse a aldeia. Assim foi feito os chás pelos pajés e todas as famílias consumiram o remédio feito por eles; assim a aldeia foi protegida. Não tivemos nenhuma pessoa da aldeia que foi afetada e que tivesse perdido a vida pela pandemia na aldeia. Esse enfrentamento foi tudo antes que a vacina chegasse até a aldeia. E, quando a vacina chegou, toda a aldeia foi vacinada, assim ajudou ainda mais na imunização, junto com os chás feito pelos pajés, de todas as pessoas da aldeia.

Nessa tessitura, com ancoragem em Souza (2007), compreende-se que o saber popular constitui-se por um conjunto de aprendizados produzidos ao longo da história, formulados na própria dinâmica da vida, e que permitem a subsistência da humanidade. Concorde-se com Souza (2007), quando ele diz: “O saber é, pois, uma cosmovisão que garante a cada um de nós, além da capacidade de agir tecnicamente, a condição que busca assegurar a marcha e permanecer justo em todo instante e dono absoluto de si mesmo” (p. 73). Assim, faz parte do processo de formação de identidades coletivas e é produzido na relação interativa com o mundo.

Considera-se ainda que: “[o] saber, enquanto totalidade orgânica de compreensão, explicação, interpretação e de identificação de possibilidades da realidade e instrumento de sua transformação, é capaz de constituir sujeitos individuais e coletivos” (Souza, 2007, p. 73). E, por ser orgânico, é sempre possível produzir uma nova síntese cultural, ou seja: “... a construção de significados integradores da visão de um determinado sujeito individual/ou social e de instrumentos para sua ação” (Souza, 2007, p. 72).

Concordando com o autor, destaca-se que essa relação pode se tornar ainda mais fecunda quando assume os princípios da práxis presente na Educação Popular, o que significa a confrontação dos aspectos sistematizados (teoria) com as vivências (prática), na dialeticidade do movimento, capaz de produzir e apreender as representações presentes, com a participação legítima dos próprios sujeitos. Assim, o confronto de epistemologias, conhecimentos, saberes pode ser a ferramenta necessária “... na busca da solução dos

problemas vividos pela maioria da população, num embate que permite construir uma compreensão que pode garantir a transcendência da ação coletiva” (Souza, 2007, p. 76).

Em relação ao saber, a atitude político-pedagógica precisa ser de muita amorosidade e escuta, conforme propõe Freire:

O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (Freire, 1982, p. 81).

Com isso, queremos ressaltar o princípio primeiro da Educação Popular, segundo o qual o saber pertence, por legitimidade, aos seus sujeitos. A Educação Popular, para ser exercida como uma prática popular de caráter emancipatório, precisa assegurar em seu método o diálogo com as especificidades e reconhecer as singularidades de seus sujeitos, legitimando a pertença e o reconhecimento a estes. Assim, é necessário compreender os espaços populares não como vazios, mas envoltos em uma teia de dimensões e representações que passam a ser ferramenta de empoderamento de seus sujeitos em suas diversidades internas e expressões específicas. Esse é o ingrediente capaz de produzir o caldo necessário à Educação Popular, no devir de algo que ainda não é, mas poderá *vir a ser*, uma sociedade em vias de transformação. Freire nos leva a essa reflexão. Ensina-nos a perceber a dimensão mediatizadora que leva à condição do *ser mais*, expressão utilizada para referir-se à vocação ontológica do homem/mulher em sua capacidade de ir além, transcender, criar a partir da reflexão sobre a realidade ações alternativas, percebendo-se como criador de novas possibilidades e de atos conscientes.

Por fim, destaca-se a importância de nos comprometermos com a defesa de todas as vidas, pois, na grande teia planetária, todas têm seu valor. Nisso, amplia-se a necessidade de haver novas lentes para se ver além do instituído, do academicismo, para a abertura de novos olhares, promotores de empatia, que permitam estabelecer novos vínculos e a necessária força impulsionadora da formação que prima pelo cuidado a todas as formas de vida. Compreende-se que a Educação Popular e, nela, o pensamento de Freire lançam luz nesse desafio e são importantes ferramentas, em especial quando anunciam a educação como possibilidade histórica aos oprimidos, fortaleza a uma formação humanizadora, chave para os fundamentos e para a prática educativa libertadora a ser partilhada.

Considerações finais

Se Freire (1987) nos apresenta o *inédito viável*, recordando que, no mesmo horizonte de *que fazer* diante da tensão, do limite, se re-cria, entre o acontecido e o possível, também nos ensina que a desesperança não é uma maneira natural de ser no mundo, é uma distorção humana. Daí que nos propõe uma pedagogia da esperança, na qual anuncia uma ação dirigida à diminuição da desesperança e da imobilização da ação educativa, componente sempre presente na utopia que movimenta a Educação Popular. Precisamente, Freire, em suas ideias centrais, resgata a inexorabilidade da mudança; e não há mudança sem sonho; e não há sonhos sem esperança; e não há esperança em uma sociedade de classes sem luta social.

Em especial, nestes tempos adversos, somos conclamados a desvendar novas possibilidades, a problematizar as situações-limite, a transformar em atos os limites de superação e a construir a ação transformadora. O momento político demanda uma profunda reflexão, pela análise dos limites já expressos pelo esgotamento da natureza, para tecer outros tempos, outras propostas, em que os fios dessa rede formativa e pedagógica passem a articular novas práticas, alçar outros tempos, outros povos e juntos integrar novos componentes imersos, incluindo a diversidade na trama do cuidado com a vida e seus desafios que já se expressam.

Queremos reverberar com este diálogo a importância de nos permitir nos encharcar das ricas experiências que circundam os espaços de novas possibilidades, recuperando os princípios da pedagogia libertadora, a qual fecunda o educador, a educadora que ao ensinar aprende e ao aprender ensina. Na relação mútua com o outro, rompem-se seguranças para dar asas ao “transgredir”, para o “inédito viável” freiriano, ampliando horizontes a outras epistemes que podem brotar das práticas sociais. Certamente, vamos dialogar com uma fonte inesgotável de conhecimentos, de saberes, cuja ação primeira poderá ser o fortalecimento de seus sujeitos e a leitura desconstrutora do pensamento bancário, eurocêntrico, colonizador, na percepção de que o conhecimento não é exclusivo dos círculos acadêmicos e na produção de novos conhecimentos, tendo no diálogo de saberes a principal fonte.

Parafraseando Souza (2007), há necessidade de ampliar a perspectiva do conhecimento social, até porque não é possível e nem desejável um saber distante das necessidades populares. Isso significa ampliar a perspectiva e reconhecer as múltiplas fontes de saber. A práxis precisa fazer parte dos processos formativos, para que entendamos melhor a realidade,

que é contraditória, e que é necessário lutar por políticas públicas que assegurem efetivamente os direitos à educação, à saúde e de acesso à terra.

Por fim, consideramos a emergência de ampliar o diálogo e a ação, tanto dos movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais, quanto das escolas e da universidade pública, com as questões que envolvem a Educação do Campo e a Educação Popular em Saúde, no sentido de expandir as articulações e lutas nas comunidades a partir das dimensões da Educação, da Saúde e do Território.

Referências

- Arruda, C. A. M., Pessoa, V. M., Soares, R. A. S., Carneiro, F. F., & Matos, A. S. (2017). Lutas, direitos e Estado brasileiro: diálogo entre as políticas públicas para o trânsito do campo, da floresta e das águas. In Carneiro, F. F., Pessoa, V. M., & Teixeira, A. C. A. (Orgs.). *Campo, Floresta e Águas: práticas e saberes em saúde* (pp. 83-105). Brasília, DF: Editora UnB.
- Bufrem, L. S. (2016). Informação, conhecimento e verdade: discussões contemporâneas. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*, 10(2), 89-102.
- Conselho Nacional da Saúde. (2013b). *Para entender o controle social na saúde*. Ministério da Saúde. Governo Federal do Brasil. Recuperado de https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual_Para_Entender_Control_Social.pdf
- Coutinho, C. N. (2008). *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo, SP: Cortez.
- Dantas, N. L. (2009). *Dialogismo e arte na gestão em saúde: a perspectiva popular nas Ciranda da vida em Fortaleza* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Ceará.
- Dantas, V. L. A., & Pulga, V. L. (2020). Educação Popular e Saúde: Tecendo redes de cuidados, inovações e aprendizagens coletivas. In Pulga, V. L et al. (Orgs.). *Educação Popular, Equidade e saúde - Dispositivo pedagógico e práticas lúdicas de aprendizagem na saúde: a caixa de ferramentas nas relações de ensino aprendizagem* (pp. 196-220). Porto Alegre, RS: Rede Unida.
- Freire, P. (1982). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Atlas do Espaço Rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaco-rural-brasileiro.html>

Ministério da Saúde. (2013). *Políticas de Promoção da Equidade em Saúde*. Governo Federal do Brasil. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_prococao_equidade_saude.pdf

Paludo, C. (2001). *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Raffestin, C. (1980). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

Soares, N. (2023, 27 de maio). MST vai doar 25 toneladas de alimentos no encerramento da Feira Nacional da Reforma Agrária. *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br>

Souza, J. F. (2007). *E a Educação Popular: Quê? Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro*. Recife, PE: Bagaço.

1 A Constituição Federal de 1988 implantou, no país, o SUS, regulamentado dois anos depois pelas Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, atualizadas pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

2 Em vídeo, divulgado a mando do Supremo Tribunal Federal (STF), de reunião ministerial no dia 22 de abril, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fala em aproveitar a pandemia para passar reformas; ele chega a convocar outros ministros para “ir passando a boiada, ir mudando todo o regramento”.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 04/03/2024
Aprovado em: 29/05/2024
Publicado em: 23/08/2024

Received on March 04th, 2024
Accepted on May 29th, 2024
Published on August, 23th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Farias, M. I., Paula, A. P., & Oncay, S. T. V. (2024). Educação do Campo, das Águas e das Florestas e a Educação Popular em Saúde em tempos de pandemia da Covid-19. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e18855.

ABNT

FARIAS, M. I.; PAULA, A. P.; ONCAY, S. T. V. (2024). Educação do Campo, das Águas e das Florestas e a Educação Popular em Saúde em tempos de pandemia da Covid-19. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e18855, 2024.